



CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA SEGURADORA S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou desempenho econômico-financeiro positivo, encerrando o período com lucro líquido de R\$ 846,9 milhões, o que representa crescimento de 7,8% em relação ao exercício anterior. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio (ROE médio) foi de 26,1%, refletindo a eficiência na gestão do capital e dos recursos disponíveis.

Os prêmios ganhos totalizaram R\$ 2.789,3 milhões no exercício de 2025, apresentando redução de 3,1% quando comparados ao exercício anterior. Ainda assim, o resultado operacional da Companhia permaneceu adequado, apoiado principalmente pela evolução do resultado financeiro, que alcançou R\$ 386,4 milhões, representando crescimento de 45,6% em relação a 2024, em linha com a estratégia de gestão do portfólio de investimentos.

Os ativos financeiros totalizaram R\$ 4.352,0 milhões ao final do exercício, registrando aumento de 3,4% em relação ao exercício anterior, evidenciando a solidez da posição financeira da Companhia. As provisões técnicas encerraram o exercício de 2025 no montante de R\$ 2.195,2 milhões, crescimento de 5,0% em comparação ao exercício anterior, mantendo-se compatíveis com as obrigações assumidas e em conformidade com os critérios estabelecidos pela regulamentação da SUSEP.

O patrimônio líquido da Companhia atingiu R\$ 3.415,6 milhões em 31 de dezembro de 2025, ante R\$ 3.074,5 milhões registrados em 2024, representando aumento de 11,1%. A Companhia manteve, ao longo do exercício, níveis adequados de capitalização e solvência, atendendo aos requerimentos

Relatório da Administração - Exercício de 2025

regulatórios vigentes.

A Caixa Seguradora segue responsável pela administração da carteira de clientes do seguro habitacional e manteve sua posição de liderança no segmento em 2025. Estamos com 28,1% de participação de mercado, 2,8 milhões de contratos ativos e uma base de 3,7 milhões de clientes.

Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos

A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta é feita pelos Acionistas e devidamente registrada em ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela de lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para manutenção da continuidade operacional da Companhia.

A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos Acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Honorários de Auditoria externa

A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

Governança, Pessoas e Equidade de Gênero

As informações exigidas pelo art. 133, §6º, da Lei nº 6.404/76, conforme incluído pela Lei nº 15.171/2025, são divulgadas no Relatório da Administração da Controladora, CNP Seguros Holding Brasil S.A.

Estratégias de fidelização dos clientes

A abordagem estratégica da Caixa Seguradora é fundamentada em indicadores-chave de satisfação, como o Net Promoter Score (NPS) e o Customer Effort Score (CES). A partir da análise desses indicadores, construímos um ciclo contínuo de melhorias nos processos. Como resultado, a Caixa

Seguradora alcançou um NPS global de 79% e um CES de 88%, níveis que refletem um patamar de excelência na qualidade do serviço prestado e assegura m a melhor experiência aos clientes. Paralelamente, realizamos esforços para manter a reputação da Caixa Seguradora em patamar "ótimo" no site Reclame Aqui, que é referência de percepção do mercado. A reputação da Companhia do site ficou 2025 com nota média de 8,7.

Novos negócios

No período, a Caixa Seguradora foi habilitada pela Caixa Econômica Federal em duas consultas públicas, resultando na contratação dos produtos Seguro Patrimonial Caixa (PATCEF) e Seguro dos Terminais Financeiros Lotéricos (TFL). Com essas habilitações, a Companhia segue garantindo a cobertura securitária de mais de 4 mil instalações físicas da Caixa em todo o território nacional, além de aproximadamente 50 mil equipamentos instalados nas unidades lotéricas.

Em conjunto com a oferta do Seguro MR Empresarial e dos Seguros Lotérico/CCA, essas iniciativas reforçam a parceria estratégica com o banco e evidenciam a competitividade e a solidez do portfólio da Companhia. Desde o retorno da oferta do MR Empresarial no Balcão Caixa, foram emitidas mais de 32 mil apólices, enquanto os Seguros Lotérico/CCA contabilizam aproximadamente 3.500 apólices emitidas, relacionadas ao processo de renovação, exigência da Caixa junto a seus correspondentes bancários.

Considerações Finais e Agradecimentos

A Companhia agradece o apoio e a confiança de acionistas, conselheiros, colaboradores e clientes.

Brasília, 24 de fevereiro de 2026.

A Administração

Balanco Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	Nota 31/12/2025	31/12/2024
ATIVO		
CIRCULANTE	3.844.953	2.586.060
Disponível	5	443.748
Caixa e bancos	2.157	3.560
Equivalente de caixa	441.591	6.460
Aplicações	6	2.530.646
Créditos das operações com seguros e resseguros	674.226	663.919
Prêmios a receber	7.1	664.300
Operações com seguradoras	8	154
Operações com resseguradoras	8	9.772
Outros créditos operacionais	7.2	17.746
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	8	22.357
Títulos e créditos a receber	119.663	151.515
Títulos e créditos a receber	10.1	108.794
Créditos tributários e previdenciários	10.2	2.874
Outros créditos	10.3	7.995
Outros valores e bens	9	13.757
Bens a venda	10.1	14.148
Outros valores	10.2	3.609
Despesas antecipadas	9.663	10.145
Custos de aquisições diferidos	11.1	13.147
Seguros	11.1	13.147
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.903.027	7.515.199
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.811.990	7.383.955
Aplicações	6	1.821.311
Créditos das operações com seguros e resseguros	155.451	125.597
Prêmios a receber	7.1	155.451
Outros créditos operacionais	7.2	319.922
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	8	29.746
Títulos e créditos a receber	4.455.427	4.296.958
Títulos e créditos a receber	10.1	123
Créditos tributários e previdenciários	10.2	1.000.023
Depósitos judiciais e fiscais	10.3	859.375
Outros créditos	10.3	859.375
Outros valores e bens	9	25.818
Custos de aquisição diferidos	11.1	4.315
Seguros	11.1	4.315
Investimentos	1.177	1.176
Participações societárias	11.1	954
Outros investimentos	11.1	223
Imobilizado	12	11.560
Bens móveis	12	6.044
Outras imobilizações	12	5.516
Intangível	13	78.300
Outros intangíveis	13	78.300
TOTAL DO ATIVO	10.747.980	10.101.259

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Descrição	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Reservas de ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	1.190.000	—	1.907.545	(5.752)	—	3.091.793
Dividendos complementares: AGOE de 27.03.2024	—	—	(451.187)	—	—	(451.187)
Aumento de capital - AGOE de 27.03.2024	—	134.000	(134.000)	—	—	—
Dividendos intercalares: AGE de 30.09.2024	—	—	—	—	(261.960)	(261.960)
Aprovação de aumento de capital - Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2.279 de 25.10.2024	134.000	—	(134.000)	—	—	—
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	(90.905)	—	(90.905)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	786.755	786.755
Reserva legal	—	—	39.338	—	—	39.338
Reserva de lucros	—	—	485.457	—	—	485.457
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.324.000	—	1.847.153	(96.657)	—	3.074.496
Dividendos complementares: AGE de 13.01.2025	—	—	(152.707)	—	—	(152.707)
Dividendos complementares: AGOE de 28.03.2025	—	—	(145.896)	—	—	(145.896)
Aumento de capital - AGOE de 28.03.2025	—	113.000	(113.000)	—	—	—
Dividendos intermediários: AGOE de 05.09.2025	—	—	—	—	(280.187)	(280.187)
Aprovação de aumento de capital - Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2.920 de 26.12.2025	113.000	—	(113.000)	—	—	—
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	72.941	—	72.941
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	846.910	846.910
Reserva legal	—	—	42.347	—	—	42.347
Reserva de lucros	—	—	524.376	—	—	524.376
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.437.000	—	2.002.273	(23.716)	—	3.415.557

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1. Contexto operacional

A Caixa Seguradora S.A., com sede na SHN Quadra 1, Conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050 (doravante referida "Companhia"), tem como controladora direta a CNP Participações Seguradoras Brasil Ltda., e como controladora indireta no Brasil a CNP Seguros Holding Brasil S.A. ("CSH"), pertencente ao grupo segurador francês CNP Assurances. A Companhia atua no mercado de seguros e de serviços financeiros, com atuação principal na distribuição de produtos de seguros e de ramos elementares e habitacional, por meio da rede de agências da CAIXA, conhecida como "Balcão CAIXA".

Em fevereiro de 2021, em decorrência da reestruturação da rede de distribuição da CAIXA, a Companhia cessou as vendas dos produtos dos ramos habitacional e residencial. No entanto, permanece reconhecendo receitas provenientes desses produtos até o encerramento da vigência dos contratos em vigor.

A partir do segundo semestre de 2023 a Companhia retomou a parceria com a CAIXA para distribuição de seguros do modelo compreensivo empresarial e continua avaliando novas oportunidades de parceria, com o objetivo de ampliar a distribuição dos seus produtos.

Além disso, mantem a comercialização direta ao consumidor, por meio da plataforma digital Youse, de produtos dos ramos Automóvel, Residencial e Vida.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo quando eventualmente especificado nas notas explicativas.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos no Manual de Orientação - Manual do Elenco de Contas e dos Modelos de Publicação divulgados pela SUSEP, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e equivalente de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de contas bancárias sem vencimento e aplicações financeiras com liquidez imediata, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significativo de mudança de valor justo.

2.4. Mudança nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou as alterações do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam as informações contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre as políticas contábeis específicas que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Classificação e reconhecimento

A classificação dos ativos financeiros nos termos do CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Atualmente, os títulos públicos detidos diretamente pela Companhia consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros (*Solely Payment of Principal and Interest - SPPI*). Os fundos de investimento são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia desenvolveu o seu modelo de negócios para o gerenciamento de seus instrumentos financeiros, o qual direciona as estratégias e operações executadas pela Gerência de Investimentos.

A Companhia segue a classificação de ativos financeiros do CPC 48, que estabelece três categorias principais para a classificação: mensuração ao custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo através do resultado (VJR), conforme detalhado nos itens abaixo.

Ademais, os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, exceto em circunstâncias em que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão desses ativos. Na hipótese dessa situação, todos os ativos financeiros impactados são reclassificados na primeira data de balanço subsequente à alteração no modelo de negócios.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São avaliados pelo valor de custo com utilização do método de juros efetivos, ou seja, calculando o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e inserindo o resultado dos juros pela aplicação da taxa efetiva de juros, atualizando o valor de compra do ativo pela taxa de juros negociada na época até seu vencimento. Em se tratando de perda de risco de crédito a contabilização do ativo terá sua contraparte no resultado.

b. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são registrados ao valor justo (de mercado), com contrapartida das variações no resultado.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como ativo ou passivo financeiro e inserindo o resultado dos juros pela aplicação da taxa efetiva de juros, atualizando o valor de compra do ativo pela taxa de juros negociada na época até seu vencimento.

• E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Se os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros.

O CPC 48 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

2.5.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) informados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ABNIMA.

b. Fundos de investimento: registrados com base no valor das quotas marcadas a mercado e divulgadas pelas instituições financeiras administradoras, cujas carteiras podem incluir títulos públicos, operações compromissadas, ações e quotas de outros fundos, avaliados conforme as metodologias estabelecidas pelos respectivos regulamentos dos fundos.

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, cujo detalhamento pode ser observado no item 5 - Instrumentos Financeiros.

2.6. Impairment de ativos não financeiros

a. Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As perdas de crédito esperadas são estimadas com base na probabilidade de inadimplência e na perda estimada em caso de inadimplimento, considerando informações históricas, condições atuais e projeções razoáveis e fundamentadas de condições econômicas futuras.

A provisão para perdas é mensurada com base:

- nas perdas de crédito esperadas para os próximos 12 meses, quando não houver aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial; ou
- nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento, quando houver aumento significativo no risco de crédito.

A Companhia considera, entre outros fatores, informações quantitativas e qualitativas para avaliar o aumento significativo do risco de crédito, incluindo histórico de inadimplência, situação financeira do devedor, condições macroeconômicas e outros indicadores relevantes. Quando não houver expectativa razoável de recuperação, o ativo financeiro é baixado contra a provisão constituída.

Para o cálculo da provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais, a Companhia adota metodologia específica que está descrita na nota 7.2.1.

b. Ativos classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O CPC 48 introduz um conceito de perda esperada prospectiva, considerando não apenas as perdas esperadas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. A norma exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro, abordagem geral e simplificada.

Os ativos da Companhia se enquadram na abordagem geral e nesta abordagem as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com o estágio das operações:

- Estágio I: todas as operações ao serem reconhecidas inicialmente são alocadas neste primeiro estágio, sendo estimadas as perdas esperadas para os próximos 12 meses, com os juros efetivos calculados sobre o valor bruto;
- Estágio II: todas as operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial, sendo reconhecidas as perdas esperadas até o fim do ativo (o reconhecimento de juros contínuo a ser feito sobre a base bruta da operação); e
- Estágio III: todas as operações em inadimplência / *default*. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação).

A Companhia adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - *Expected credit losses*) para os ativos financeiros da Companhia, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro.

A Companhia adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos *ratings* das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os seus ativos financeiros. No caso dos títulos públicos brasileiros, por se tratar de risco soberano e por prática de mercado, são considerados ativos livres de risco de crédito, ou seja, a Companhia avaliou que não há risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada futura reconhecida.

Com relação ao *impairment* dos créditos a receber do FCVS, que corresponde a valores a serem reembolsados pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, fundo público administrado pela CAIXA, e considerando a natureza pública desse fundo, a Companhia entendeu ser aplicável utilizar como parâmetro de mensuração da ECL o mesmo fator de risco aplicado no cálculo de perda esperada da sua carteira de investimento.

2.6.2. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo montante que excede ao valor recuperável do ativo. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6.3. Operações de seguros e resseguros

Em atendimento à Circular SUSEP nº 678/2022, a Companhia realiza estudo para definir a redução ao valor recuperável das operações de seguros relativas a prêmios. A partir dos dados analisados, é construída uma tabela de desenvolvimento do tempo até o pagamento do prêmio devido, com base no valor pago ao longo do tempo. Destaca-se que grande parte do pagamento é realizado até um mês após o vencimento e mais de 99% dos pagamentos, sendo esse o valor de corte para definição e constituição da redução ao valor recuperável. A reserva é constituída para o valor total dos créditos do devedor, quando o período de inadimplência superar 60 dias da data de vencimento, inclusive para outros valores a vencer do mesmo devedor.

Para os valores de crédito a recuperar de resseguro é constituída uma provisão para perda, caso a recuperação não ocorra em até 6 meses para contratos proporcionais e 60 meses para contratos não proporcionais. As provisões de perdas para os contratos não proporcionais são calculadas progressivamente até 60 meses. No caso dos ativos de resseguro, o percentual atual utilizado para o cálculo de redução ao valor recuperável é 0,10%.

A área atuarial realiza o monitoramento periódico do percentual de sinistros pagos para permitir a definição do prazo de inadimplência. E, caso seja necessário, para adequar/reavaliar os estudos, conforme determinação da Circular SUSEP nº 678/2022.

Demais operações constituídas através de análises individualizadas e em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

2.7. Ativos e passivos relacionados a resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da transferência de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a Companhia não possui ativos de resseguro que eximam as obrigações para com os segurados.

2.8. Outros valores e bens

2.8.1. Bens a venda - Salvados

Salvados à venda refere-se ao estoque de bens salvados constituídos através de recuperações de créditos e indenizações de seguros e indenizações de seguros e indenizações de seguros.

Salvados estimados são calculados através de técnicas estatísticas e atuariais especificadas em nota técnica atuarial, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros. Registra-se esse ativo no grupo de "Outros valores e bens" conforme Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

Para a redução ao valor recuperável de salvados à venda, a Companhia avalia o histórico de recebimento de salvados dos ramos de automóvel que ficaram pendentes por mais de 6 meses e que posteriormente foram recebidos. Esta metodologia se aplica a partir do 6º mês, sendo até o 5º mês equivalente a zero. A razão para o percentual zero até o 5º mês se deve ao prazo de venda e recebimento do valor relativo ao salvado. Após o 5º mês cuja perda alcança o percentual de 95% de

	Nota 31/12/2025	31/12/2024
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Prêmios emitidos	24.a	2.820.550
Variações das provisões técnicas de prêmios	(31.221)	48.257
Prêmios ganhos	26	2.789.329
Sinistros ocorridos	24.b	(1.001.983)
Custos de aquisição	24.c	(264.183)
Outras receitas e despesas operacionais	24.d	(64.250)
Resultado com resseguro	(26.419)	206.485
Receita com resseguro	24	